



KINROSS GOLD CORPORATION

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DE NEGÓCIOS

Aprovado por:

Conselho de Administração – 14 de dezembro de 2016

KINROSS GOLD CORPORATION
CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DE NEGÓCIOS

I. O OBJETIVO DO CÓDIGO

Este *Código de ética e conduta nos negócios* (o "*Código*") foi criado para documentar os princípios e os altos padrões de conduta e ética comercial e pessoal que todos os Representantes da Kinross (conforme definição contida no Anexo "A") devem seguir. O objetivo é:

- Promover uma conduta honesta e ética;
- Promover conformidade com as leis, as regras e os regulamentos aplicáveis;
- Fomentar um ambiente de trabalho no qual todas as pessoas sejam tratadas com dignidade, sem discriminação, assédio e violência;
- Promover prevenção e tratamento ético de conflitos de interesses entre relacionamentos pessoais e profissionais na realização de negócios da Kinross, incluindo a divulgação oportuna para uma pessoa adequada de possíveis conflitos de interesses em qualquer relacionamento ou transação relevante;
- Promover a divulgação pública completa, justa, precisa, oportuna e compreensível em relatórios e documentos que a Kinross registre ou envie a órgãos reguladores de valores mobiliários em outras comunicações públicas feitas pela Kinross.
- Promover o relato interno imediato de infrações deste *Código* para uma pessoa competente;
- Promover responsabilidade pela adesão a este *Código*;
- Fornecer orientações aos Representantes da Kinross para ajudá-los a reconhecer e lidar com problemas éticos;
- Fornecer mecanismos de relato de conduta antiética ou inadequada; e
- Incentivar uma cultura de honestidade e responsabilidade para a Kinross.

A Kinross espera que todos os Representantes da Kinross cumpram os princípios acima e as disposições do "*Código*" mais detalhadas abaixo, agindo sempre de acordo com eles, além de outras políticas da Kinross, suas declarações de política, seus procedimentos, protocolos, programas, normas e diretrizes implementados de tempos em tempos (cada um deles, uma **Política da Kinross**). Infrações deste *Código* por um Representante da Kinross serão base para a adoção de medidas disciplinares, incluindo, entre outras, rescisão do contrato de trabalho, do contrato para exercício de cargo de direção ou outro contrato. Caso as leis de alguma jurisdição específica na qual a Kinross atua conflitem com as disposições deste *Código* ou sejam mais rigorosas que elas, serão aplicadas essas leis.

Referências à "**Kinross**" ou à "**Empresa**", no presente instrumento, são relativas coletivamente à Kinross Gold Corporation e todas as suas Subsidiárias. Todos os outros termos e expressões iniciados com maiúscula usados, mas não definidos no corpo deste *Código*, se definem conforme estabelecido no Anexo "A".

II. LOCAL DE TRABALHO

a. Discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho

Discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho infringem a lei e não serão tolerados

pela Kinross. A Kinross tem o compromisso de oferecer um ambiente de trabalho sem discriminação ilegal, assédio e violência de qualquer origem. A proibição da discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho se aplica aos escritórios da Empresa, às minas e unidades de projeto, além de qualquer local ou evento relacionado à Empresa. Discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho por meios de comunicação indiretos, como telefone ou e-mail, também são proibidos.

Discriminação e assédio

A Kinross fomenta um ambiente de trabalho no qual todas as pessoas sejam tratadas com dignidade. A Kinross é um empregador que oferece oportunidades iguais e não permite que seus representantes pratiquem discriminação ilegal contra Representantes da Kinross, possíveis Representantes da Kinross ou aqueles com quem os Representantes da Kinross mantêm relações comerciais em nome da Kinross. Discriminação é um tratamento diferente dado com base em uma característica pessoal e que tem um impacto adverso sobre uma pessoa ou grupo de pessoas. A Kinross proíbe a discriminação ilegal – ou seja, discriminação por raça, cor, religião, sexo, nacionalidade, idade, orientação sexual, deficiência ou qualquer outra categoria protegida pelas leis federais e provinciais do Canadá, pela legislação de direitos humanos e todas as outras leis e os regulamentos vigentes na jurisdição onde a Kinross tem funcionários. A Kinross realizará, dentro dos limites do razoável, adaptações para Representantes da Kinross em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. A Kinross está comprometida com medidas e políticas para garantir emprego justo, incluindo tratamento equânime ao contratar, promover, remunerar funcionários, ao rescindir seu contrato de trabalho e ao adotar medidas corretivas e adotará as medidas disciplinares que considerar adequadas contra qualquer Representante da Kinross que tenha infringido a proibição de discriminação ilegal estabelecida pela Empresa.

A Kinross não tolerará o assédio de seus Representantes nem de qualquer outra pessoa com quem os Representantes da Kinross envolvam-se na realização de negócios, e adotará medidas disciplinares contra qualquer Representante da Kinross que infringe a proibição da Empresa contra o assédio. Assédio inclui qualquer conduta ou comentário vexatório que, dentro dos limites do razoável, pode-se prever que seja indesejado ou ofensivo ou que crie um ambiente de trabalho hostil e de intimidação. Assédio pode ser uma ocorrência única ou contínua. A definição de assédio inclui, entre outros itens:

- ***assédio sexual***, significa:
 - (a) envolver-se em comentários ou conduta vexaminosos contra um trabalhador no local de trabalho por motivo de sexo, orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero em situações nas quais se preveja, ou se deveria prever, dentro dos limites do razoável, que os comentários ou a conduta são indesejados; ou
 - (b) propostas ou avanços de teor sexual que partam de pessoas que estejam em posição de conferir, conceder ou negar um benefício ou promoção para o trabalhador e que prevejam, ou deveriam prever, dentro dos limites do razoável que a proposta ou o avanço em questão é indesejado
- ***assédio contra qualquer outra categoria protegida pela legislação de direitos humanos ou leis locais semelhantes vigentes na jurisdição onde os Representantes da Kinross estiverem localizados***, incluindo, entre outros tipos, discriminação por raça, cor, religião, sexo, nacionalidade, idade, orientação sexual ou

deficiência; e assédio que represente ameaça à saúde ou a segurança de uma pessoa.

Exemplos de comportamentos que podem ser classificados como discriminação ilegal ou assédio incluem, entre outros:

- (a) comentários indesejados, agressão ou piadas que degradem, ridicularizem, intimidem ou ofendam, incluindo, entre outros, sarcasmo, sugestões, calúnias ou especulação sobre a cultura, orientação sexual, etnia, ancestralidade, idade ou outra base proibida de discriminação, ou sobre o corpo, as roupas ou a vida sexual de uma pessoa, ou que possa afetar adversamente o bem-estar físico ou psíquico de uma pessoa;
- (b) exibir ou circular cartazes, grafites, desenhos ou quadrinhos ofensivos ou degradantes;
- (c) avanços, solicitações, comentários ou ruídos sexuais ofensivos ou indesejados;
- (d) exigências de favores sexuais em troca de vantagem de emprego, promessa de vantagem de emprego ou ameaça de retirada dessas vantagens;
- (e) conduta física ou gestos de natureza sexual indesejados, incluindo olhar de maneira persistente ou sugestiva e contato desnecessário, como tocar, beliscar ou empurrar;
- (f) atenção ou contato indesejado persistente após o fim de um relacionamento consensual.

A definição de assédio no local de trabalho **não** inclui medidas razoáveis adotadas pela Empresa e/ou pelo superior hierárquico de um funcionário que estejam relacionadas à administração e direção de funcionários e/ou do local de trabalho.

Violência no local de trabalho

Violência no local de trabalho é ilegal e definida como a ameaça, tentativa ou prática de qualquer força física que provoque ou possa provocar lesões físicas a uma pessoa, incluindo quaisquer ameaças que deem a uma pessoa motivo razoável para acreditar que corre risco de sofrer ferimento físico.

Exemplos de comportamento que podem ser considerados violência no local de trabalho incluem, entre outros:

- (a) ataques físicos, como bater, empurrar, puxar ou chutar;
- (b) ameaças verbais ou escritas, incluindo a expressão de intenção de infligir dano; e
- (c) bullying, provocação ou outro comportamento abusivo que possa levar a ataques físicos ou ameaças.

Responsabilidades

A Kinross está comprometida com a prevenção de discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho antes que ocorra comportamento inadequado e com a averiguação em tempo hábil de quaisquer reclamações relacionadas a esses assuntos. Assim, os Representantes da Kinross que atuam como supervisores e gerentes são responsáveis por:

- Seguir este Código e a Política da Kinross que o apoia.
- Proporcionar um local de trabalho seguro, sem discriminação ilegal, assédio e violência.

- Relatar imediatamente qualquer alegação de discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho de acordo com os procedimentos encontrados na Seção VIII - “Como usar este código e relatar infrações” e investigar as alegações de acordo com o Código.
- Identificar, no local de trabalho, fatores de risco associados a discriminação ilegal, assédio ou violência no local de trabalho.
- Implementar medidas adequadas para prevenir e proteger o local de trabalho contra discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho.
- Oferecer treinamento aos Representantes da Kinross abordando discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho.

Todos os Representantes da Kinross são responsáveis por se comportar de forma que exclua qualquer tipo de discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho. Os Representantes da Kinross também são responsáveis por relatar imediatamente qualquer caso de discriminação ilegal, assédio e violência no local de trabalho de que tomem ciência, independentemente de serem ou não o alvo desse comportamento. O relato deve ser feito de acordo com os procedimentos encontrados na Seção VIII - “Como usar este Código e relatar infrações”. Quaisquer relatos de violência no local de trabalho, assédio ou discriminação ilegal serão investigados e tratados de acordo com a Seção VIII, abaixo. Além dos procedimentos formais de relato definidos na Seção VIII, os Representantes da Kinross são incentivados a responder ao assédio informando suas objeções à pessoa responsável pelos comentários ou conduta inadequados/ofensivos, caso se sintam à vontade para fazê-lo.

b. Armas

Nenhuma arma de nenhum tipo será tolerada nas dependências da Kinross, a menos que necessário para a segurança das dependências da Kinross ou dos Representantes da Kinross e, mesmo assim, somente mediante autorização do Diretor de Operações e sujeito a conformidade contínua com a legislação vigente e outras políticas da Kinross aplicáveis.

c. Abuso de substâncias

A Kinross está comprometida a manter um ambiente de trabalho seguro, saudável e sem ocorrências de abuso de substâncias. Representantes da Kinross não devem (i) consumir bebidas alcoólicas de maneira que possa afetar o desempenho no trabalho ou prejudicar o julgamento durante o horário de trabalho; (ii) consumir, fornecer ou servir bebidas alcoólicas nas dependências da Kinross, exceto quando aprovado pelo Presidente Executivo (CEO), Diretor de Operações, Diretor Jurídico, Vice-presidente Sênior de Recursos Humanos ou Vice-presidente Regional competente; (iii) consumir, possuir, vender ou distribuir substâncias ilegais nas dependências da Kinross ou em qualquer veículo automotor da Kinross, em qualquer função da Kinross ou em qualquer outro horário em que você possa ser identificado como Representante da Kinross.

d. Emprego ou outros tipos de envolvimento de parentes

Emprego ou outro tipo de contratação de mais de um membro da mesma família pela Empresa, em uma mina, um local de projeto ou escritório da Kinross, são permitidos, mas conflitos de interesses devem ser evitados. A supervisão direta de um parente por outro não é permitida,

salvo autorização do Diretor de Operações, do Vice-presidente Sênior de Recursos Humanos ou da pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa. Com exceção dos casos de estudantes ligados a programas de cooperação e de férias, a supervisão indireta entre parentes também é desencorajada e requer aprovação prévia do Diretor de Operações, do Vice-presidente Sênior de Recursos Humanos ou das pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa. Se permitido, quaisquer ações de recursos humanos (incluindo, por exemplo, promoções ou trocas de responsabilidades) que afetem esse Representante da Kinross também devem ser revisadas e endossadas pelos executivos supramencionados.

e. Privacidade e informações pessoais

A Kinross acredita em tomar providências para proteger a privacidade dos Representantes da Kinross e outros com quem a Kinross tem um relacionamento de negócios.

A Kinross tentará limitar a coleta de informações pessoais ao que for necessário ou adequado para fins de negócio, cumprimento da lei, de segurança ou contratuais ou para fins relacionados a estabelecer, manter, administrar e encerrar relações empregatícias ou outros tipos de relacionamento. A Kinross somente coletará, usará ou divulgará informações pessoais como descrito neste *Código* e de acordo com ele, e em qualquer outra Política da Kinross aplicável, ou, ainda, com o seu consentimento, quando este for exigido pelas leis de privacidade aplicáveis. A coleta pode incluir, por exemplo, o nome, a fotografia, dados de contato, contato de emergência, data de nascimento, informações necessárias para a folha de pagamento, informações fornecidas pelo Representante da Kinross ou obtidas por meio de verificações de histórico de Representantes da Kinross; informações coletadas durante o uso de computadores da Kinross, Internet, sistemas eletrônicos e dispositivos móveis que tenham acesso a sistemas da Kinross; informações obtidas em investigações de alegações de atividade ilegal ou inadequada e outras informações que possamos ter direito de coletar conforme permitido ou exigido pela legislação vigente. Serão implantadas proteções de modo que o acesso de Representantes da Kinross às informações pessoais seja limitado àqueles com necessidade de saber para fins de negócio legítimos.

A Kinross mantém um arquivo com certas informações pessoais de cada Representante da Kinross que é acessível mediante solicitação ao representante de Recursos Humanos. Os Representantes da Kinross podem ter o direito de revisar o próprio arquivo pessoal, conforme as leis de privacidade aplicáveis. As informações pessoais não serão usadas nem divulgadas para fins que não aqueles para os quais foram coletadas, exceto com o conhecimento e, se necessário, o consentimento da pessoa ou conforme permitido ou exigido pela legislação vigente. As informações pessoais serão retidas somente pelo tempo necessário para o cumprimento desses objetivos, considerando períodos de limitação e outras exigências legais aplicáveis.

É importante manter as informações pessoais precisas, completas e atualizadas, especialmente informações exigidas para processar a folha de pagamento e os benefícios e para garantir a entrega pontual de documentos, como declaração de rendimentos para imposto de renda. Os Representantes da Kinross devem relatar imediatamente qualquer alteração nas informações pessoais ao representante de Recursos Humanos.

A Kinross e os Representantes da Kinross observarão as obrigações de confidencialidade e não divulgação de informações pessoais, incluindo informações de Representantes da Kinross e outras pessoas com quem a Kinross tenha um relacionamento de negócios, com o mesmo grau de diligência que se espera que os Representantes da Kinross tenham ao protegerem as informações confidenciais da Kinross. A Kinross divulgará informações pessoais de Representantes da Kinross

a terceiros mediante autorização dos Representantes da Kinross, na medida em que isso for permitido pela legislação vigente ou conforme este *Código* ou outra Política da Kinross, incluindo, entre outras possibilidades: (i) a terceiros relacionados ou contemplados com financiamento efetivo, contratação de seguros, venda, fusão ou transferência da totalidade ou de parte de nossos negócios ou ativos; (ii) a nossos auditores financeiros; (iii) a autoridades reguladoras ou governamentais para fins de atendimento de exigências legais aplicáveis, incluindo, entre outras possibilidades, a divulgação de nomes, dados de contato pessoais e/ou comerciais e informações relacionadas a qualquer envolvimento de um Representante da Kinross para o órgão regulador ou autorregulador do Canadá, dos Estados Unidos ou de qualquer outro órgão associado ao mercado de títulos mobiliários, como, por exemplo, para a investigação ou detecção de atuação no mercado por pessoas de posse de informações privilegiadas; e (iv) a terceiros para fins de gestão de desastres ou continuidade dos negócios.

A Kinross pode transferir informações pessoais para agentes ou prestadores de serviços externos (incluindo nossas Subsidiárias atuando nessa capacidade) que estejam prestando serviços para nós, como processamento de dados, armazenamento de dados, serviços administrativos, administrando programas e serviços e de outra forma coletando, usando, divulgando, armazenando ou processando informações pessoais em nome da Kinross. Alguns desses prestadores de serviços podem estar localizados fora do Canadá. Quando as informações pessoais forem transferidas ou divulgadas para prestadores de serviços fora do Canadá, elas estarão sujeitas às leis da jurisdição em que serão retidas. Se qualquer Representante da Kinross desejar obter acesso a informações sobre nossas políticas e práticas com relação a prestadores de serviços fora do Canadá, ele deve entrar em contato com o representante de Recursos Humanos.

Durante o curso do relacionamento com a Kinross, os Representantes da Kinross adquirirão certas informações relacionadas ou sobre, entre outras, informações pessoais identificáveis, incluindo outros Representantes da Kinross, clientes e outros terceiros. Todos os Representantes da Kinross reconhecem e concordam que, como condição de emprego ou qualquer outro envolvimento com a Kinross, não usarão nem divulgarão essas informações pessoais a terceiros, exceto no exercício de seus deveres para com a Kinross e de acordo com as leis aplicáveis. Cada Representante da Kinross compromete-se a tomar todas as precauções, dentro dos limites do razoável, para proteger esses dados pessoais, cumprir as leis de privacidade aplicáveis e auxiliar a Kinross a manter conformidade com a legislação vigente.

Se, durante sua relação com a Kinross, um Representante da Kinross não entender as obrigações acima definidas, esse Representante da Kinross deve falar com um membro do Departamento Jurídico da Kinross. Qualquer infração dos compromissos ou obrigações dos Representantes da Kinross descritas acima pode resultar em medidas disciplinares, incluindo a rescisão do contrato de trabalho, do exercício de cargo de direção ou outro contrato.

A política da Kinross, que a Empresa espera que todos os Representantes da Kinross sigam, é cumprir todas as leis vigentes relacionadas à divulgação de informações pessoais, incluindo, quando aplicável, a *Lei de proteção às informações pessoais e documentos eletrônicos* (Canadá) e outras leis federais, estaduais e locais aplicáveis.

III. MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

a. Meio ambiente

A Kinross está comprometida com um gerenciamento ambiental consistente. A intenção da Kinross é agir em parceria com o meio ambiente e a comunidade como um todo, como um cidadão corporativo responsável e cuidadoso. A Kinross está comprometida a gerenciar todas as fases do negócio de maneira que minimize razoavelmente quaisquer efeitos adversos das suas operações sobre o meio ambiente. A Kinross e os Representantes da Kinross devem preservar os recursos energéticos na maior extensão possível, dentro dos limites do razoável, e que seja consistente com operações de negócio sólidas. A Kinross está comprometida em cumprir todas as leis e regulamentos ambientais aplicáveis nas regiões em que opera. Os Representantes da Kinross deve relatar imediatamente qualquer inconformidade ou suspeita de inconformidade com qualquer lei ou regulamento ambiental aplicável de acordo com os procedimentos encontrados na Seção VIII - "Como usar este código e relatar infrações".

b. Saúde e segurança

A Kinross está comprometida em fornecer um local de trabalho saudável e seguro em conformidade com as leis, regras e regulamentos aplicáveis. Os Representantes da Kinross devem estar cientes das questões de segurança e políticas que afetam seu trabalho, outros Representantes da Kinross e a comunidade em geral. Os gerentes, ao tomarem conhecimento de qualquer circunstância que afete a saúde e a segurança do local de trabalho ou da comunidade, devem agir imediatamente para tratar da situação. Os Representantes da Kinross devem imediatamente comunicar o gerente e/ou o representante de Saúde e Segurança competente sobre qualquer ferimento no local de trabalho ou circunstância que represente uma situação perigosa a eles, outros colegas ou a comunidade em geral para que medida corretiva oportuna possa ser adotada.

IV. RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

a. Conflito de interesses

Os Representantes da Kinross são obrigados a agir com honestidade e integridade e a evitar qualquer relação ou atividade que possa criar, ou causar a impressão de causar, um conflito entre seus interesses comerciais pessoais e os interesses da Kinross. Conflitos de interesses surgem quando o cargo ou as responsabilidades de uma pessoa perante a Kinross apresentam oportunidades de ganho pessoal, incluindo a obtenção de ganho por um parente ou outra pessoa que faça parte de suas relações pessoais ou profissionais, além das recompensas normais de emprego, do exercício de cargo executivo, de diretoria ou outro relacionamento. Os Representantes da Kinross devem desempenhar as responsabilidades dos seus cargos com base no que é melhor para os interesses da Kinross e sem influência de considerações e relacionamentos pessoais.

Os Representantes da Kinross não devem adquirir nenhuma propriedade, nenhum valor mobiliário ou participação em empresa que saibam que a Kinross tem interesse em adquirir. Além disso, os Representantes da Kinross não devem adquirir nenhuma propriedade, nenhum valor mobiliário ou participação em empresa por especulação ou investimento com base em informações obtidas no exercício de seus cargos na Kinross.

Os Representantes da Kinross devem discutir prontamente por escrito sobre qualquer possível conflito de interesses com o gerente mais sênior de sua área funcional no local ou escritório ou, se o gerente não tiver certeza ou puder estar envolvido no conflito de interesses, o Diretor Jurídico ou a pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa. Executivos e membros do Conselho de Administração devem divulgar, por escrito, qualquer conflito de interesses (ou possíveis conflitos de interesses) ao Diretor Jurídico ou à pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa e ao Presidente do Comitê de Governança Corporativa.

b. Presentes e atividades de entretenimento

Um Representante da Kinross não deve usar seu cargo na Kinross, nem sua família deve usar o cargo do Representante da Kinross, para solicitar qualquer quantia em dinheiro, presente ou serviço gratuito de qualquer cliente ou Fornecedor da Kinross em benefício próprio, de sua família ou de amigos. Presentes ou atividades de entretenimento não devem ser aceitos em dinheiro se, dentro dos limites do razoável, esses presentes ou atividades de entretenimento puderem ser considerados extravagantes ou se, de qualquer outra forma, influenciarem indevidamente o relacionamento de negócios da Kinross ou criarem uma obrigação para com um cliente ou Fornecedor.

Presentes nominais, como itens com logotipo, canetas, calendários, bonés, camisetas e canecas são geralmente aceitos. Contudo, se houver dúvida quanto a um presente ser aceitável ou não, os Representantes da Kinross precisarão seguir os procedimentos de aprovação abaixo definidos.

Convites a certos eventos e atividades de entretenimento também podem ser aceitáveis, desde que cumpram os procedimentos de aprovação estabelecidos abaixo. Esses eventos e atividades de entretenimento incluem:

- convenções, conferências ou seminários de treinamento de produto, ou reuniões de negócios fora do curso normal;
- eventos sociais, culturais ou esportivos, se o custo for razoável e a sua participação atender um objetivo de negócio costumeiro, como desenvolvimento de rede de contatos (p. ex., refeições, festas de feriados e ingressos); e
- golfe, pesca, eventos esportivos ou viagens similares que sejam usuais e costumeiras para o seu cargo dentro da Kinross e do setor e promovam bons relacionamentos de negócio com clientes ou Fornecedores;

Para esses convites, e quando houver dúvida sobre a aceitabilidade de qualquer presente ou atividade de entretenimento, é necessário obter aprovação prévia por escrito conforme abaixo:

- (i) para Funcionários e Prestadores de serviços terceirizados em minas ou unidades de projeto, do Gerente Geral ou do Vice-presidente Regional; e
- (ii) para Funcionários ou Prestadores de serviços terceirizados do Escritório Corporativo ou de escritórios regionais, do Vice-presidente ou de um executivo com cargo mais alto na hierarquia da Empresa que seja responsável pela área funcional.

Além disso, nenhum Representante da Kinross oferecerá, direta ou indiretamente, qualquer pagamento, presente ou outro benefício a qualquer pessoa que represente direta ou indiretamente um Fornecedor para obter uma vantagem ou como recompensa por tratamento de negócios favorável.

Em todas as negociações com Fornecedores, os Representantes da Kinross devem cumprir as disposições do *Código* e qualquer outra Política da Kinross relacionada a presentes e atividades de entretenimento, incluindo, entre outras, qualquer política implementada pelo grupo de Cadeia de Suprimentos da Kinross. Na extensão em que as exigências deste *Código* sejam mais rígidas que qualquer outra Política da Kinross, ou vice-versa, os Representantes da Kinross devem cumprir as exigências que forem mais rígidas.

c. Práticas concorrenciais

A Kinross acredita firmemente que a concorrência justa é fundamental para a continuidade do sistema de livre concorrência. A Kinross cumpre e apoia todas as leis que proíbem restrições comerciais, práticas desleais ou abuso de poder econômico. A Kinross não firmará acordos que restrinjam ilegalmente a habilidade de competir com outras empresas ou a habilidade de qualquer outra organização comercial de concorrer livremente com a Kinross. Os Representantes da Kinross são proibidos de firmarem ou discutirem qualquer acordo ou entendimento ilegal que possa resultar em práticas de negócio desleais ou comportamento anticompetitivo.

d. Contatos com concorrentes

O Representante da Kinross não deve se envolver em nenhuma comunicação direta ou indireta com um concorrente ou representante de um concorrente da Kinross com relação a negócios ou oportunidades de negócio da Kinross sem a aprovação prévia por escrito do Presidente Executivo, do Vice-presidente Executivo de Desenvolvimento Corporativo ou da pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa.

e. Relações com fornecedores e prestadores de serviços terceirizados

A política da Empresa é tratar todos os Fornecedores concorrentes de acordo com o mérito. A Kinross selecionará seus Fornecedores de maneira não discriminatória com base em qualidade, preço, serviço, entrega e fornecimento de bens e serviços. A seleção dos Fornecedores nunca deve ser baseada em interesses pessoais de um Representante da Kinross ou nos interesses de seus amigos ou parentes.

Ao tomar conhecimento de qualquer relacionamento com Fornecedor que crie, ou possivelmente crie, um conflito de interesses, (i) os Funcionários e Prestadores de serviços terceirizados regionais e locais devem informar o Gerente Geral ou o Vice-presidente Regional, conforme aplicável, que deve relatar a questão ao Advogado Geral Regional competente ou a pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa; (ii) os Funcionários e Prestadores de serviços terceirizados do Escritório Corporativo devem informar o Vice-presidente ou o Executivo mais sênior responsável pela área funcional, que deve relatar a questão ao Diretor Jurídico ou à pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa; e (iii) Executivos e membros do Conselho de Administração devem informar o Diretor Jurídico ou a pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa, que, se considerar adequado, relatará a questão ao Presidente do Comitê de Governança Corporativa. Nenhum Representante da Kinross manterá esse relacionamento sem a autorização prévia por escrito da pessoa especificada acima, após orientação do Departamento Jurídico da Kinross competente.

A Kinross somente manterá relações comerciais com Fornecedores que cumpram as exigências legais e quaisquer políticas da Kinross aplicáveis, incluindo, entre outras, as Normas de conduta para fornecedores da Kinross e quaisquer outras relativas a mão-de-obra, meio ambiente, saúde e segurança, direitos de propriedade intelectual, pagamentos indevidos ou favorecimentos a

funcionários públicos ou autoridades governamentais e proibições contra trabalho infantil ou forçado.

Negociações entre Kinross e seus Fornecedores devem ser realizadas de modo a não comprometer a integridade nem afetar negativamente a reputação do Fornecedor ou da Kinross. A Kinross deve trabalhar somente com Fornecedores que não se envolvam em nenhuma forma de atividade antiética ou corrupta e deve adotar políticas e procedimentos que exijam conduta ética e conformidade com as Leis anticorrupção e promover conformidade com essas práticas. As restrições nesta seção aplicam-se às operações da Kinross no mundo todo, mesmo quando essas práticas possam ser localmente consideradas uma maneira de “fazer negócios” ou necessária em um país específico em questão.

Informações confidenciais recebidas de um Fornecedor serão submetidas ao mesmo tratamento que as Informações confidenciais da Kinross (consulte a Seção VI.a. – “Informações confidenciais, informações de propriedade da Empresa e segredos comerciais”). Informações confidenciais não devem ser divulgadas a um Fornecedor até que um contrato de confidencialidade adequado tenha sido assinado pelo Fornecedor.

O uso do nome ou de propriedade intelectual da Kinross por um Fornecedor requer aprovação por escrito do Diretor Jurídico, do Vice-presidente e Advogado Geral (Corporativo) ou de pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa. A Kinross não deve usar o nome nem a propriedade intelectual de um Fornecedor sem o consentimento por escrito do Fornecedor.

Em todas as negociações com Fornecedores, os Representantes da Kinross devem cumprir as disposições do *Código* e qualquer outra Política da Kinross relacionada a Fornecedores, incluindo, entre outras, qualquer política implementada pelo grupo da Cadeia de Suprimentos da Kinross. Na extensão em que as exigências deste *Código* sejam mais rígidas que qualquer outra Política da Kinross, ou vice-versa, os Representantes da Kinross devem cumprir as exigências que forem mais rígidas.

f. Relações públicas

Responsabilidade por todas as relações públicas da Kinross ou em seu nome, incluindo todo contato com a mídia, é regido pela *Política de divulgação, confidencialidade e informações privilegiadas* (a “*Política de Divulgação*”) da Kinross e todas as políticas da Kinross aplicáveis. A não ser que você esteja especificamente autorizado a representar a Kinross perante a mídia conforme a *Política de divulgação*, você não poderá responder a consultas ou solicitações de informações em nome da Kinross. Isso inclui jornais, revistas, publicações comerciais, rádio e televisão, bem como qualquer outra fonte externa solicitando informações sobre a Kinross. Se a mídia o contatar sobre qualquer tópico, encaminhe imediatamente a ligação para uma das pessoas autorizadas a responder sob a *Política de divulgação*.

Os Representantes da Kinross devem ter cuidado para não divulgar “*Informações confidenciais*”¹ em discussões públicas ou casuais com a mídia ou outros ou por meio de mídia social ou outros meios. Exceto na medida do permitido conforme a *Política de divulgação* da Kinross, os Representantes da Kinross não estão autorizados a divulgar essas informações para acionistas ou investidores (ou acionistas ou investidores em potencial, assessores de investimentos ou analistas do mercado de ações) sem prévia aprovação expressa do Diretor Jurídico, do Vice-presidente

¹ Conforme definição contida na Seção VI.a., abaixo. – “Informações confidenciais, informações de propriedade da Empresa e segredos comerciais”.

Sênior e Advogado Geral (Corporativo) e Vice-presidente Executivo de Assuntos Corporativos, do Vice-presidente de Relações com os Investidores ou de pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa.

g. Mídias sociais

Todas as atividades de mídia social, incluindo, entre outras, Twitter e Facebook, dos Representantes da Kinross devem ser realizadas de acordo com a *Política de divulgação* e quaisquer outras políticas da Kinross sobre mídia social implementadas de tempos em tempos.

h. Participação no processo político

Os Representantes da Kinross podem participar do processo político como cidadãos privados. É importante separar a atividade política pessoal das atividades políticas da Kinross, se houver, para cumprir as regras e regulamentos aplicáveis a atividades de lobby ou tentativas de influenciar funcionários públicos. A Kinross não reembolsará Representantes da Kinross por dinheiro ou tempo pessoal dado a campanhas políticas. Além disso, os Funcionários e Executivos da Kinross não podem trabalhar para a campanha de nenhum candidato durante o horário de trabalho nem usar, em nenhum momento, as instalações ou outros ativos da Kinross, incluindo, entre outros, e-mail ou outros Recursos de tecnologia da informação da Empresa (conforme definição contida na Seção VII.e. – “Tecnologia da informação”), para esses fins, exceto mediante aprovação do Vice-presidente Executivo de Assuntos Corporativos e do Diretor Jurídico ou das pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa.

i. Procedimentos antissuborno e anticorrupção Para promover a conformidade com as leis anticorrupção do Canadá, Estados Unidos e outras jurisdições relevantes, a Kinross e todos os Representantes da Kinross devem realizar negócios de modo a não comprometer a integridade nem a reputação de nenhum governo, nenhum “*funcionário público*”² (conforme definição abaixo), nenhum parceiro de negócios ou da própria Kinross.

O suborno é uma das principais ferramentas da corrupção. A participação, direta em indireta, em qualquer atividade de suborno, propina, acordos visando à obtenção de lucro indevido, recompensas ilegais ou favorecimentos indevidos a qualquer *funcionário público*, qualquer agente ou funcionário de possíveis parceiros da Kinross do setor privado é expressamente proibida, independentemente dos interesses comerciais da Kinross. As restrições nesta seção aplicam-se a todas as atividades e operações de negócios da Kinross no mundo todo, mesmo quando essas práticas possam ser localmente consideradas uma maneira de “fazer negócios” ou necessária em um país específico em questão.

Além disso, a Kinross e os Representantes da Kinross devem cumprir a *Lei de combate à corrupção de funcionários públicos estrangeiros (Canadá)* e a *Lei sobre a prática de corrupção no exterior* (EUA) (a “**FCPA**”), bem como leis anticorrupção locais em países em que a Kinross opere (coletivamente, as “**Leis anticorrupção**”). De acordo com essas leis, é ilegal oferecer ou realizar qualquer (conforme definição abaixo) “*pagamento*” ou outro benefício, seja diretamente, seja por meio de um terceiro agindo em nome da Kinross, para um funcionário público com o objetivo de

² Um “*funcionário público*” é qualquer autoridade dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo (não importando o nível), empregado ou outro representante de qualquer governo ou qualquer de seus ministérios, órgãos, repartições ou outras pessoas jurídicas (incluindo qualquer empresa ou outra pessoa jurídica estatal ou controlada pelo Estado), qualquer pessoa jurídica quase governamental ou organização pública internacional (como a Organização das Nações Unidas). partido político ou candidato a cargo eletivo.

receber tratamento favorável nos negócios, como a obtenção ou retenção de negócios ou qualquer outra vantagem em relações comerciais³. Observe que, como indica sua definição, a expressão “*funcionários público*” é muito ampla e abrange empregados de baixo escalão de um governo ou pessoa jurídica estatal, empregados contratados por partidos políticos e candidatos a cargos eletivos. A definição de “benefício”, que, para os fins deste *Código*, é chamado de “*pagamento*”, também é ampla e abrange pagamentos envolvendo viagens e atividades de entretenimento, presentes, refeições, certas contribuições filantrópicas ou doações políticas, patrocínios, propinas, preferência na contratação de funcionários e outros contratos ou fornecimento de mercadorias e/ou serviços.

Também constitui infração de muitas leis anticorrupção, incluindo, entre outras, a FCPA e a CFPOA, não manter livros contábeis, registros ou controles internos precisos para prevenir suborno ou manter livros e registros imprecisos. Assim, todos os pagamentos e outras transações financeiras envolvendo a Kinross, ou qualquer Subsidiária da Kinross, devem ser registradas com precisão nas contas da Kinross e/ou qualquer Subsidiária relevante.

O reembolso de despesas razoáveis incorridas de boa-fé por um *funcionário público* ou em nome de um funcionário público pode ser permitido se estiver diretamente relacionado (i) à execução ou ao cumprimento de um contrato entre a Kinross e o governo no qual o *funcionário público* realiza seus deveres ou funções ou (ii) à promoção, demonstração ou explicação dos negócios da Kinross. Além disso, em todos os casos, os pagamentos em questão precisam ser descritos com precisão e lançados em todos os livros e registros da Kinross relevantes.

Esta exceção não é aplicável com frequência. A determinação da permissibilidade desses pagamentos depende muito dos fatos, que em geral envolvem avaliações jurídicas especializadas complexas. Entender a diferença entre um pagamento permitido e um pagamento ilegal é importante e costuma exigir análise cuidadosa por um assessor jurídico. Assim, **nenhum pagamento desse tipo deve ser oferecido ou realizado sem prévia análise expressa de acordo com as políticas da Kinross, incluindo, entre outras, o *Protocolo de conformidade anticorrupção* e quaisquer outras políticas ou diretrizes relacionadas a pagamentos a funcionários públicos estrangeiros**, das quais há exemplares disponíveis para os Representantes da Kinross na página do Departamento Jurídico do KinrossConnected, que também podem ser obtidas mediante solicitação ao Departamento Jurídico da Kinross. Caso tenha alguma dúvida sobre a legitimidade de qualquer pagamento a terceiros a ser realizado diretamente ou por meio de terceiros, incluindo funcionários públicos e empregados de governos, de órgãos governamentais ou outros ativos governamentais (como monopólios estatais, empresas estatais e de economia mista), consulte o seu Advogado Geral Regional, o Diretor Jurídico ou o Vice-presidente Sênior e Advogado Geral (Corporativo) ou as pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa. Além disso, todos os acordos aprovados devem ser documentados de acordo com as práticas de negócio e exigências das áreas de contabilidade e jurídica da Kinross. Exceto conforme aqui descrito no *Protocolo de conformidade anticorrupção*, não é permitido nenhum desvio ou isenção desta política.

Todos os Representantes da Kinross devem relatar qualquer possível infração, suspeita de infração ou infração efetiva das leis anticorrupção de acordo com a Política de denúncias da Kinross (consulte a Seção VIII - “Uso este Código e relato de infrações”).

³ Um “*pagamento*” é qualquer pagamento de dinheiro (incluindo reembolsos), concessões, empréstimos, presentes, gorjetas, doações ou qualquer outro benefício de qualquer tipo. Não há limite mínimo, e o principal fator para determinar se um “pagamento” é indevido são as impressões causadas no destinatário.

Infrações das Leis anticorrupção podem resultar em submeter tanto os Representantes da Kinross quanto a Kinross a multas e penalidades criminais, incluindo prisão. A Kinross não pagará nenhuma multa nem penalidade imposta contra um Representante da Kinross que tenha sido julgado culpado de infringir qualquer lei anticorrupção.

J. Testemunho e evidência em processos

A Kinross e os Representantes da Kinross estão estritamente proibidos de tentar influenciar de qualquer forma o testemunho de qualquer pessoa ou o fornecimento de qualquer prova, seja qual for, em tribunais de justiça, procedimentos regulatórios, tribunais administrativos ou qualquer outro processo judicial ou governamental.

k. Direitos humanos

É política da Empresa que todos os Representantes da Kinross, Fornecedores e agentes respeitem os direitos humanos das partes interessadas e comunidades locais em que a Kinross faz negócios. Não será tolerada nenhuma violação de direitos humanos por nenhuma pessoa jurídica da Kinross, Representantes da Kinross, Fornecedor ou agente da Empresa. Além disso, na maioria dos países em que a Kinross faz negócios, há leis locais relevantes que se sobrepõem às nossas exigências de direitos humanos internacionais, incluindo leis criminais e leis sobre trabalho infantil, liberdade de associação, igualdade de oportunidades econômicas, acessibilidade e acomodação, além de remuneração. Todos os Representantes da Kinross devem cumprir essas leis locais vigentes e as exigências internacionais.

Todos os Representantes da Kinross devem relatar qualquer possível violação, suspeita de violação ou violação efetiva dos direitos humanos de acordo com a *Política de denúncias* da Kinross (consulte a Seção VIII - "Uso deste Código e relato de infrações").

I. Exercício de cargos de direção

Funcionários e Executivos da Kinross não devem atuar como membros de conselhos de administração ou executivos de outra pessoa jurídica ou organização pública ou privada sem aprovação prévia por escrito do Presidente Executivo e do Diretor Jurídico ou dos representantes por eles designados para a tarefa. O exercício de cargos de direção ou executivos em outras pessoas jurídicas não será aprovado se não for considerado interesse da Kinross. O Presidente Executivo e o Diretor Jurídico, ou a pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa, pode autorizar o exercício de cargos de direção que sejam necessários para fins de negócio ou para o exercício de cargos de direção em organizações filantrópicas ou outras entidades que promovam o perfil da Kinross na comunidade.

Caso o Presidente Executivo seja o executivo que está considerando um cargo de diretoria ou um cargo executivo externo à Kinross, a aceitação desse cargo exige a aprovação prévia por escrito do Presidente do Comitê de Governança Corporativa do Conselho de Administração, que deverá consultar o Diretor Jurídico.

V. CONFORMIDADE

a. Conformidade com as leis e as políticas da Kinross

Leis vigentes e políticas aplicáveis

Os Representantes da Kinross devem sempre cumprir este *Código*, bem como todas as outras políticas da Kinross e leis, regras e regulamentos aplicáveis, cuja infração por um Representante da Kinross é base para a adoção de medidas disciplinares, incluindo, entre outras, rescisão do contrato de trabalho, exercício de cargo de direção ou outro contrato.

Os Representantes da Kinross devem cumprir a *Política de divulgação, confidencialidade e informações privilegiadas*, que exige a divulgação oportuna de informações materiais e determina divulgação integral, honesta, precisa, compreensível e oportuna em relatórios e documentos registrados ou enviados a autoridades reguladoras e outros materiais que sejam disponibilizados ao público investidor, além de todas as outras políticas da Kinross aplicáveis implementadas de tempos em tempos. Uma cópia da *Política de divulgação* está disponível aos Representantes da Kinross na página Legal de KinrossConnected e através do Secretário Corporativo, e quaisquer dúvidas sobre suas disposições devem ser encaminhadas ao Diretor Jurídico ou ao Vice-presidente e Advogado Geral (Corporativo), ou das pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa.

Denúncia a autoridades públicas

Os Representantes da Kinross devem cooperar totalmente com essas pessoas (incluindo o Diretor Financeiro, o Diretor Jurídico e o Secretário Corporativo) responsáveis por preparar relatórios registrados nas autoridades reguladoras e todos os outros materiais que sejam disponibilizados ao público investidor para garantir que essas pessoas estejam cientes de maneira oportuna de todas as informações que precisam ser divulgadas. Os Representantes da Kinross devem também cooperar totalmente com auditores independentes nas suas auditorias e em auxiliar na preparação da divulgação financeira.

b. Investigações externas

É política da Kinross cooperar totalmente com qualquer investigação por uma autoridade governamental, judicial ou reguladora. Contudo, uma das condições para essa cooperação é que a Kinross seja adequadamente representada por seu próprio advogado nessas investigações. Assim, em qualquer momento em que Representantes da Kinross recebam informações sobre uma nova investigação ou consulta governamental, essas informações devem ser imediatamente comunicadas ao Advogado Geral Regional competente, ao Diretor Jurídico ou o Vice-presidente Sênior e Advogado Geral (Corporativo). Alguns contatos com o governo ou com órgãos reguladores (como auditorias tributárias, auditorias ou investigações do Ministério do Trabalho) podem ser tratadas pelo Representante da Kinross responsável por esses assuntos, desde que o Representante da Kinross responsável tenha autorização do membro sênior do Departamento Jurídico competente da Kinross, a aprovação do seu líder de grupo funcional e o faça sob a orientação do Departamento Jurídico da Kinross e de seu líder de grupo funcional.

Respostas a investigações mais formais serão tratadas pelo Diretor Jurídico ou pelo Vice-presidente Sênior e Advogado Geral (Corporativo). É necessário que os Representantes da Kinross notifiquem o Diretor Jurídico ou Vice-presidente Sênior e Advogado Geral (Corporativo) e lhes peçam orientações sobre qualquer consulta ou investigação governamental.

Os Representantes da Kinross nunca devem, sob nenhuma circunstância:

- (a) destruir ou alterar documentos ou registros da Kinross prevendo uma solicitação desses documentos de qualquer órgão do governo, de órgãos de aplicação da lei ou de um tribunal;

- (b) mentir ou fazer declarações que induzam a erro a qualquer investigador do governo, de órgãos de aplicação da lei ou reguladores (independentemente de se tratar de investigações de rotina ou não); ou
- (c) tentar fazer qualquer Representante da Kinross ou qualquer outra pessoa deixar de fornecer informações a qualquer investigador do governo, de órgãos de aplicação da lei ou reguladores ou fornecer qualquer informação falsa ou que induza a erro.

Qualquer consulta ou solicitação de informações ou documentos feita por escrito ou verbalmente por órgãos governamentais, de aplicação da lei ou reguladores à Kinross ou a qualquer Representante da Kinross precisa ser enviada, imediatamente e antes da adoção de qualquer medida, ao Advogado Geral Regional competente e ao Diretor Jurídico ou ao Vice-presidente Sênior e Advogado Geral (Corporativo) ou às pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa.

Além disso, (i) todas essas solicitações de informações ou documentos, (ii) qualquer entrega ou apresentação de qualquer ordem, reclamação, notificação ou documento similar emitida pela Justiça ou por um órgão regulador e (iii) qualquer ocorrência de presença de um investigador governamental, de órgãos de aplicação da lei ou reguladores nas dependências da Kinross devem ser administradas em estrita conformidade com esta disposição do *Código* e qualquer outra Política da Kinross aplicável que o Advogado Geral Regional competente e/ou o Diretor Jurídico ou Vice-presidente Sênior e Advogado Geral (Corporativo) implementem, de tempos em tempos.

Nenhuma questão pode ser encaminhada a nenhuma autoridade governamental, de órgãos de aplicação da lei ou reguladores para investigação sem autorização prévia por escrito do (i) Vice-presidente Regional e Advogado Geral Regional para questões locais ou regionais; e do (ii) Presidente Executivo e Diretor Jurídico para questões do Escritório Corporativo.

c. Aplicação

Nenhuma questão da Kinross pode ser encaminhada a nenhuma autoridade governamental, de aplicação da lei ou reguladora para a aplicação de medidas em nome da Kinross, e nenhuma ação ou reclamação judicial poderá ser iniciada pela Empresa sem autorização prévia por escrito do (i) Vice-presidente Regional e Advogado Geral Regional para questões locais ou regionais; e do (ii) Presidente Executivo e Diretor Jurídico para questões do Escritório Corporativo.

VI. INFORMAÇÕES E REGISTROS

a. Informações confidenciais, informações de propriedade da Empresa e segredos comerciais

Os Representantes da Kinross podem estar expostos a certas informações que sejam consideradas confidenciais pela Kinross, ou podem estar envolvidos no projeto ou desenvolvimento de procedimentos novos relacionados ao negócio da Kinross. Todas essas informações e procedimentos, estejam ou não sujeitos a direitos autorais ou patentes, são propriedade exclusiva da Kinross e devem ser mantidas estritamente confidenciais.

Os Representantes da Kinross devem proteger as Informações confidenciais da Kinross. As "Informações confidenciais" incluem, entre outros itens, informações e dados sobre a Kinross e seus ativos, operações, negócios, questões financeiras, segredos comerciais, know-how, registros, dados, planos, estratégias, processos, oportunidades de negócio e ideias relacionadas

a operações e projetos presentes e previstos, os clientes e fornecedores e/ou outros Representantes da Kinross. Informações confidenciais também incluem informações que não são conhecidas pelo público em geral e que são úteis para a Empresa e/ou seriam úteis para os concorrentes da Empresa. Exemplos comuns incluem, entre outros, planos de negócio e financiamento, novos negócios ou ideias de projeto, dados financeiros, listas de Fornecedores, lista e informações de Representantes da Kinross, planos de investimento de capital, produção projetada, vendas ou ganhos e métodos de mineração e processamento de minério. Informações confidenciais também incluem quaisquer documentos contendo qualquer dos tipos de informação acima, independentemente de estarem identificadas como “confidenciais” ou “de propriedade da Empresa” ou não. Além disso, as leis de privacidade de várias jurisdições podem limitar, definir padrões ou proibir a coleta, o uso e a divulgação de certas informações pessoais ou privadas de Representantes da Kinross ou outras pessoas.

Os Representantes da Kinross não podem divulgar a nenhuma pessoa física (incluindo parentes) ou jurídica informações que possam prejudicar a eficiência competitiva da Kinross ou que possam infringir os direitos de privacidade de pessoas físicas, empresas ou instituições, e estão proibidos de discutir ou divulgar Informações confidenciais a terceiros sem autorização. Contudo, é permitida a divulgação de Informações confidenciais para fins legítimos, se exigido por alguma lei federal ou estadual/provincial vigente (por exemplo, quando forem requeridas legalmente por um órgão governamental, regulador ou de aplicação da lei ou para fins de relato ou investigação de uma suspeita de infração da lei). Esse tipo de divulgação de Informações confidenciais precisa estar de acordo com este *Código*, quaisquer outras políticas da Kinross (incluindo, entre outras, as relacionadas a práticas de divulgação de informações) e requerem aprovação do Advogado Geral Regional competente e do Diretor Jurídico ou Vice-presidente Sênior e Diretor Jurídico (Corporativo) ou das pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa.

Em caso de dúvida sobre uma informação ser confidencial ou se a informação deve ser coletada, utilizada ou divulgada, deve-se presumir que a informação é confidencial, salvo orientação em contrário do integrante do Departamento Jurídico da Kinross competente. Informações confidenciais não devem ser compartilhadas com outros Representantes da Kinross, exceto de acordo com “necessidade de saber”.

Essas regras também se aplicam a informações que a Empresa tenha obtido de um cliente ou Fornecedor (ou cliente ou Fornecedor em potencial), Representante ou consultor da Kinross ou qualquer outro terceiro que negocie com a Empresa sob condição de confidencialidade. Essas obrigações de manter a confidencialidade e a privacidade de Informações confidenciais da Empresa e de terceiros aplicam-se a uma pessoa que seja Representante da Kinross mesmo depois da rescisão do contrato que rege esse relacionamento.

Todos os Representantes da Kinross precisam seguir também os procedimentos e práticas da Kinross no que diz respeito à divulgação em tempo hábil, conforme definição contida nas políticas da Kinross (incluindo, entre outras, as relacionadas a práticas de divulgação), das quais há exemplares disponíveis para os Representantes da Kinross na página do Departamento Jurídico do KinrossConnected, que também podem ser obtidas mediante solicitação ao Secretário Corporativo. Dúvidas relativas às políticas da Kinross no que diz respeito à divulgação de informações devem ser encaminhadas ao Diretor Jurídico ou ao Vice-presidente e Advogado Geral (Corporativo) ou às pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa.

Se for tomada a decisão de divulgar Informações confidenciais a qualquer pessoa física ou jurídica externa à Empresa (como um fornecedor ou parceiro em potencial), isso deve ser feito somente

depois de acordos de confidencialidade adequados terem sido firmados. Acordos de Confidencialidade devem ser obtidos e, se necessário, revisados somente conforme prescrito pelo Departamento Jurídico da Kinross.

Todos os Representantes da Kinross são responsáveis pela proteção das Informações confidenciais (incluindo, entre outras, e-mail, texto e mensagens instantâneas e correio de voz) e devem adotar as medidas adequadas para proteger essas informações. Os Representantes da Kinross devem se manter sempre atentos para evitar divulgações acidentais que possam resultar de conversas sociais ou relações de negócios normais.

O uso disseminado de terminais de computador, Internet e telefones celulares tem tornado as Informações confidenciais potencialmente acessíveis a muitas pessoas não autorizadas. Etapas de precaução extras, como transmitir Informações confidenciais somente através de redes da Kinross e garantindo que nenhum destinatário não intencional seja incluído nas transmissões, devem ser adotadas para proteção contra acesso indesejado a Informações confidenciais ao transmitir essas informações pela Internet, por e-mail ou por dispositivos móveis. Informações confidenciais não devem ser trocadas por e-mail com terceiros autorizados sem o emprego das ferramentas de transferência segura de arquivos da Kinross. Os Representantes da Kinross devem cumprir todas as políticas e procedimentos de segurança da informação em vigor de tempos em tempos. Representantes da Kinross não podem usar nenhum servidor ou software de transferência de dados de terceiros para enviar, receber ou armazenar Informações confidenciais, incluindo, entre outras possibilidades, contas de e-mail, sistemas de FTP, serviços de sincronização de dados, como Dropbox e Google Drive ou sites ou serviços em nuvem de terceiros, salvo autorização expressa em conformidade com as políticas de tecnologia da informação da Kinross aplicáveis. Se um Representante da Kinross acreditar que medidas de segurança aprimoradas (como criptografia ou proteção por senha) devem ser adotadas devido à natureza das Informações confidenciais sendo transmitidas ou por outro motivo, ele deve consultar um membro do grupo de Tecnologia da Informação da Kinross. Exceções a essas exigências serão permitidas somente com a aprovação do Diretor Jurídico e do Vice-presidente Sênior de Recursos Humanos e Serviços Corporativos, ou das pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa.

Documentos contendo dados confidenciais devem ser tratados com cuidado sempre e, quando não estiverem em uso, devem ser protegidos adequadamente. Atenção especial deve ser dada à segurança dos dados armazenados no sistema do computador. Cada Representante da Kinross deve manter a confidencialidade das suas senhas e bloquear equipamento confidencial ou valioso quando não estiver em uso. Senhas e outras credenciais eletrônicas emitidas para os Representantes da Kinross não podem ser compartilhadas sob nenhuma hipótese, nem com equipes internas ou externas de suporte de TI. Além disso, os Representantes da Kinross devem relatar imediatamente a um membro do Departamento de Tecnologia da Informação a perda ou o furto de um dispositivo através do qual Informações confidenciais ou Recursos de tecnologia da informação da Kinross tenham sido acessados.

b. Relatórios e registros financeiros

A Kinross exige que seus registros financeiros sejam precisos e completos. Esses registros servem como base para a administração da Empresa e são cruciais para cumprir as obrigações dos Representantes da Kinross para com os clientes, investidores e outros, bem como para conformidade com exigências regulatórias, tributárias, de emissão e divulgação de relatórios financeiros e outras exigências legais. Os Representantes da Kinross cujas funções envolvem

lançamentos em registros de negócios ou emissão de relatórios para órgãos reguladores ou relatórios financeiros têm a responsabilidade apresentar todas as informações sejam apresentadas de maneira clara, confiável, exata e em tempo hábil. Nenhum Representante da Kinross exercerá qualquer influência sobre auditores independentes a serviço da Kinross, não os coagirá, não lhes fornecerá informações que induzam a erro nem os manipulará de qualquer outra forma.

c. Retenção de registros

A Kinross exige que seus registros sejam mantidos de acordo com as políticas da Kinross (incluindo, entre outras, as relativas à retenção de registros de negócios) e as leis e regulamentos sobre a retenção de registros de negócio. A expressão "*registros de negócios*" cobre uma ampla variedade de arquivos, relatórios, planos de negócio, faturas, recibos, pedidos de compra, contratos, comunicações e políticas da Kinross, incluindo cópias físicas e eletrônicas, registro de áudio e arquivos em microfichas e microfilmes, sejam guardados em casa ou no trabalho. A Kinross proíbe a destruição de qualquer registro que não seja realizada de acordo com a Política da Kinross aplicável. Exigências e restrições adicionais podem ser determinadas pelo Departamento Jurídico da Kinross de tempos em tempos em que a Kinross seja exigida por lei ou regulamento do governo a manter esses registros em que tenha motivo para saber de uma investigação ou litígio do governo pendente ou ameaçado relativo a esses registros.

Alteração inadequada ou falsificação de qualquer registro de negócio, seja por escrito ou na forma eletrônica, é estritamente proibida.

VII. ATIVOS DA KINROSS

a. Uso de bens da Kinross

O uso de bens da Kinross para lucro pessoal (ou para o lucro de um parente) ou qualquer fim ilegal, antiético ou pessoal não autorizado é proibido. Informações, tecnologia, propriedade intelectual, edifícios, terrenos, equipamentos, máquinas, software e dinheiro da Kinross precisam ser usados exclusivamente para fins de negócios, conforme definições contidas nas políticas da Kinross ou exigido pela legislação vigente.

b. Destruição e furto de bens

Nenhum Representante da Kinross intencionalmente danificará ou destruirá bens da Kinross ou de qualquer outra pessoa nem furtará esses bens.

c. Fraude

Nenhum Representante da Kinross deverá cometer qualquer fraude contra ou envolvendo a Kinross ou qualquer terceiro em um relacionamento de negócios com a Kinross. Fraude inclui, entre outras possibilidades, apropriação indébita de quantias em dinheiro, valores mobiliários, suprimentos ou outros ativos; manipulação ou fornecimento de informações inadequadas de/sobre transações monetárias ou financeiras; obtenção de lucro em consequência de conhecimento privilegiado de atividades da Empresa; divulgação a terceiros não autorizados de qualquer Informação confidencial da Kinross ou informações confidenciais e de propriedade da Empresa, infringindo as restrições aplicáveis a divulgação; divulgação de atividades corporativas, operacionais ou de valores mobiliários realizadas ou passíveis de realização pela Empresa;

aceitação ou tentativa de obter alguma coisa de valor material de Fornecedores ou terceiros em uma relação de negócios com a Kinross, exceto conforme permitido por este *Código*; destruição, remoção ou uso inadequado de registros de negócios, móveis, acessórios e equipamentos da Kinross; ou qualquer atividade similar ou relacionada.

d. Propriedade intelectual

Todas as informações, tecnologias e ativos de propriedade intelectual, incluindo, entre outros, todos os materiais criativos, programas, design, invenções, desenvolvimentos, processos, estratégias (coletivamente, incluindo todos os materiais relacionados ou de incorporação, "**Propriedade intelectual**") desenvolvidos por um Representante da Kinross durante o curso do seu relacionamento com a Kinross pertencem à Empresa, e cada Representante da Kinross atribui à Empresa todos os direitos que possa ter sobre a Propriedade intelectual. A Kinross manterá a íntegra da titularidade sobre a Propriedade intelectual após o a rescisão do contrato que rege o relacionamento com o Representante da Kinross. Os Representantes da Kinross adotarão as medidas adequadas conforme solicitado pela Empresa para confirmar a titularidade da Kinross sobre a Propriedade intelectual e para permitir que a Kinross aperfeiçoe e mantenha a titularidade sobre a Propriedade intelectual. Todos os Representantes da Kinross abrem mão de todos os direitos autorais e morais que possam ter sobre ativos de Propriedade intelectual.

Os Representantes da Kinross não podem reproduzir, distribuir ou alterar materiais protegidos por direitos autorais sem a devida permissão do detentor dos direitos autorais ou seus agentes autorizados. Produtos de software usados em contextos ligados aos negócios da Kinross ou instalados em bens da Kinross precisam ser adequadamente licenciados e usados de acordo com as respectivas licenças.

e. Tecnologia da informação

Os sistemas de tecnologia da informação da Kinross, incluindo, entre outros, computadores, servidores, aplicativos, tablets, dispositivos móveis (incluindo todas as mensagens de texto e instantâneas enviadas ou recebidas desses dispositivos), programas e contas de e-mail (incluindo todos os endereços de e-mail da Kinross e e-mail enviado ou recebido dessas contas), acesso à Internet ou intranet, telefones e correio de voz (em seu conjunto, os "**Recursos de tecnologia da informação**") são propriedade da Kinross e devem ser usados principalmente para fins de negócio. Representantes da Kinross precisam usar Recursos de tecnologia da informação da Kinross ao realizar negócios em nome da Kinross. Os Representantes da Kinross podem usar Recursos de tecnologia da informação da Kinross para uso pessoal menor ou eventual, que é permitido, desde que o uso esteja em conformidade com este *Código* e outras políticas da Kinross aplicáveis.

Os Representantes da Kinross não podem usar os Recursos de tecnologia da informação da Kinross para:

- Permitir que outros obtenham acesso aos Recursos de tecnologia da informação da Kinross por meio do uso das suas senhas e outros códigos de segurança.
- Enviar mensagens de assédio, discriminação, ameaça ou obscenidade;
- Acessar a Internet ou o e-mail para uso inadequado;
- Enviar ou baixar documentos protegidos por direitos autorais ou outra mídia que não esteja autorizada para reprodução;

- Baixar software, programas e outros dados, a menos que explicitamente autorizado a fazê-lo pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Kinross.
- Enviar solicitações para pessoas físicas ou grupos, salvo autorização do Vice-presidente de Comunicação Corporativa ou pessoa por ele autorizada;
- Realizar negócios comerciais pessoais;
- Praticar atividades ilegais.

Embora a Kinross tome precauções, dentro dos limites do razoável, para proteger a confidencialidade do uso de Recursos de tecnologia da informação pelos Representantes da Kinross, a Kinross reserva-se o direito de monitorar o uso de seus Recursos de tecnologia da informação conforme possa ser necessário para fins de negócio legítimos, incluindo, entre outros, para manutenção de sistemas, atualizações, monitoramento de conformidade com as políticas da Kinross e realização de investigações ou resposta a investigações ou processos judiciais ou regulatórios. A Kinross também se reserva o direito de monitorar e inspecionar computadores, dispositivos móveis e dispositivos de armazenamento para esses fins de negócio legítimos. Esse monitoramento e/ou inspeção dirigido e regular será realizado de acordo com este *Código* e outras políticas da Kinross aplicáveis aprovadas pelo Presidente Executivo e o Diretor Jurídico, ou das pessoas a quem eles tenham delegado a tarefa. Assim, **os Representantes da Kinross não devem ter expectativa de privacidade no uso dos Recursos de tecnologia da informação da Kinross, e devem compreender que comunicações usando Recursos de tecnologia da informação da Kinross não são privadas, mesmo que não sejam relacionadas a negócios.**

As informações objeto desses monitoramentos e inspeções só serão coletadas, usadas ou divulgadas para fins de negócio legítimos e podem ser divulgadas, conforme a "necessidade de saber", para Representantes e assessores da Kinross ou representantes de órgãos de aplicação da lei, reguladores ou outros órgãos governamentais, com o objetivo de auxiliar ou responder a investigações ou processos regulatórios ou judiciais, de acordo com as exigências explícitas da legislação vigente.

Se qualquer Representante da Kinross usar seu dispositivo eletrônico pessoal, em vez de um dispositivo eletrônico emitido pela Kinross, para acessar os Recursos de tecnologia da informação da Kinross ou as Informações confidenciais da Kinross, o acesso continuará sujeito a este *Código* (incluindo, entre outros, os direitos de inspeção e monitoramento supramencionados) e outras políticas da Kinross aplicáveis. Em particular, quaisquer mensagens de e-mail, texto ou mensagens instantâneas enviadas ou recebidas por Representantes da Kinross por meio de contas de e-mail e wireless da Kinross podem ser monitoradas pela Kinross em conformidade com este *Código* e outras políticas da Kinross aplicáveis. Qualquer cópia das Informações confidenciais da Kinross ou de outros documentos ou dados armazenados nesses dispositivos eletrônicos pessoais será e continuará sendo propriedade da Kinross.

A segurança dos Recursos de tecnologia da informação da Kinross, incluindo a cibersegurança, é uma responsabilidade de todos os Representantes da Kinross. Quaisquer suspeitas de ameaças à cibersegurança ou incidentes de cibersegurança precisam ser comunicados diretamente ao Departamento de Tecnologia da Informação da Kinross ou mediante o envio de mensagem para cybersecurity@kinross.com.

VIII. COMO USAR ESTE CÓDIGO E RELATAR INFRAÇÕES

a. Responsabilidades dos Representantes da Kinross

É responsabilidade de todos os Representantes da Kinross entender e cumprir este *Código de ética e conduta nos negócios* e, no início de seu envolvimento com a Empresa, todos os Representantes da Kinross são obrigados a assinar a declaração contida no Anexo "A" a este *Código*. A partir de então, todos os Funcionários em nível de diretoria e escalões hierárquicos superiores devem anualmente fornecer uma confirmação no formulário anexado como Anexo "B" a este *Código*.

A assinatura dessas declarações por um Representante da Kinross atesta que ele(a) (i) leu, entende perfeitamente e cumprirá este *Código* em todos os aspectos, (ii) solicitou e obteve qualquer esclarecimento que possa ter sido necessário sobre qualquer disposição deste *Código* e (iii) ao renovar a declaração não está ciente, depois de ter adequadamente levantado informações, de nenhuma infração do *Código* cometida por outras pessoas que estejam sob sua área de responsabilidade. A Kinross adotará as medidas disciplinares que considerar adequado, incluindo rescisão do contrato de trabalho, exercício de cargo de direção ou contrato, com relação a qualquer infração dessa declaração.

As exigências acima sob esta seção do *Código*, incluindo, entre outras, a exigência de qualquer dessas declarações, sua forma e substância e o processo para execução, estão sujeitas às alterações que podem ser prescritas pelo Comitê de Governança Corporativa do Conselho de Administração e pelo Diretor Jurídico (ou pela pessoa a quem ele tenha delegado a tarefa), de tempos em tempos.

b. Relato e investigação de infrações da conformidade e conduta inadequada

Este *Código* e a *Política de denúncias* da Kinross foram concebidos com o objetivo de proporcionar uma atmosfera de franqueza na comunicação de questões de conformidade e garantir que Representantes da Kinross agindo de boa-fé tenham à sua disposição os meios necessários para relatar infrações efetivas ou suspeitas de infração das políticas da Kinross e da legislação vigente ou qualquer conduta inadequada de um Representante da Kinross ou de outras pessoas ligadas à Kinross (cada um desses temas, um "**Questão passível de relato**"), sem medo de retaliações ou represálias. Se um Representante da Kinross observar, tomar conhecimento ou, agindo com honestidade e boa-fé, tiver motivo razoável para suspeitar da ocorrência de uma Questão passível de relato, ele/ela precisará relatar as circunstâncias do caso (cada uma das ocorrências, um "**Relato**") de acordo com a Política de denúncias da Kinross.

Várias questões abordadas neste *Código*, incluindo as relacionadas a discriminação ilegal, assédio, violência no local de trabalho, condições de trabalho e outras formas de tratamento inadequado podem ser delicadas, e é possível que Representantes da Kinross e outras pessoas relutem em relatá-las a qualquer pessoa, com exceção de representantes sênior do Departamento de Recursos Humanos da Kinross. Assim, conforme definição contida na *Política de denúncias* da Empresa, os Representantes da Kinross são encorajados a enviar diretamente Relatos sobre esses temas, verbais ou por escrito, ao **Vice-presidente Sênior de Recursos Humanos** (ou, alternativamente, diretamente ao **Diretor Jurídico** ou **Vice-presidente Sênior e Advogado Geral (Corporativo)**; ou, caso a questão esteja relacionada a outras pessoas, para qualquer outro membro da equipe de Administração Sênior).

Os Representantes da Kinross são lembrados do seu direito de buscar caminhos alternativos para reparação de qualquer experiência de discriminação, assédio ou violência no local de trabalho. Em caso de discriminação ilegal ou assédio, certas pessoas poderão registrar uma reclamação no órgão responsável por direitos humanos. Em caso de violência física ou sexual, a polícia deve ser contatada.

Após o recebimento de um Relato, de acordo com a *Política de denúncias*, a Questão passível de relato será avaliada e, se for o caso, investigada. Essa avaliação considerará, entre outros fatores, a identidade do suposto infrator, a natureza da suposta infração (e, particularmente, se a suposta infração – caso tenha ocorrido – estaria em desacordo com a lei ou este Código), a gravidade da suposta infração e a credibilidade da alegação. Qualquer investigação será realizada de acordo com a *Política de denúncias* e, à sua conclusão, a Kinross pode adotar medidas disciplinares corretivas, se adequado. As medidas disciplinares corretivas a ser adotadas variarão quanto à gravidade levando em conta, entre outros fatores, a natureza e a gravidade da infração e se o infrator já infringiu as políticas da Kinross ou a legislação vigente ou já teve algum envolvimento em condutas inadequadas. Medidas disciplinares corretivas podem incluir, entre outras, um pedido de desculpas por escrito, orientação, reatribuição de deveres, suspensão, rescisão do relacionamento com a Kinross ou devolução de remuneração anteriormente recebida. Senioridade ou posição na Empresa não será um fator relevante para determinar a medida disciplinar adequada.

Não haverá represália contra nenhuma pessoa por relatar de boa-fé preocupações ou infrações de conformidade. Qualquer Representante da Kinross que acredite que ele (ou qualquer outra pessoa) está sofrendo retaliação por ter feito um relato deve relatar a retaliação de acordo com a *Política de denúncias* da Kinross.

Na maior medida possível, todos os Relatos serão tratados com confidencialidade. A Empresa não divulgará, sem consentimento, o nome de qualquer pessoa que enviar um Relato (ou qualquer outra informação que possa identificá-la) nem as circunstâncias de qualquer Questão passível de relato relacionada a outra pessoa, **exceto** nos casos nos quais a divulgação for necessária para os fins de uma investigação completa e justa das alegações de acordo com a Política de denúncias, para a adoção de medidas corretivas relativas à questão ou se exigido por lei por qualquer outro motivo.

Todos os Relatos de assédio no local de trabalho serão investigados. Os resultados de qualquer investigação de assédio – incluindo qualquer medida disciplinar e/ou corretiva adotada pela Empresa no contexto da questão – serão informados tanto para (a) o(s) Representante(s) da Kinross que tenha(m) sofrido assédio efetivo ou suspeita de assédio e (b) o(s) Representante(s) da Kinross que tenha(m) praticado assédio efetivo ou suspeita de assédio.

Acusações falsas ou frívolas podem ter efeitos prejudiciais graves e são consideradas uma forma de má conduta conforme este *Código*. Se a Empresa estiver convencida de que foi feita uma acusação falsa ou frívola, o autor dessa acusação falsa ou frívola pode estar sujeito a medidas disciplinares, incluindo a rescisão do contrato que rege seu relacionamento com a Kinross.

Os Representantes da Kinross devem consultar a *Política de denúncias* para uma descrição mais detalhada do que constitui uma Questão passível de relato, o processo de fazer, receber, avaliar e investigar um Relato e de adotar qualquer ação de reparação, proteção dos “delatores” e registros mantidos com relação a um Relato. Uma cópia da *Política de denúncias* está disponível aos Representantes da Kinross na página Legal de KinrossConnected ou de um membro do

Departamento Jurídico da Kinross.

Pessoas que não sejam Representantes da Kinross devem consultar os procedimentos de relato disponíveis para elas na página "Denúncias", na seção de "Governança" do site da Empresa (www.kinross.com).

Anexo "A"

**Confirmação de recebimento e entendimento para
NOVOS Representantes da Kinross**

Eu, _____, _____ (inserir nome) confirmo por meio desta que li o *Código de ética e conduta de negócios da Kinross* (o "Código"), entendi perfeitamente todas as suas disposições e cumprirei o *Código* em todas as situações e na sua íntegra.

Assinatura

Data

Anexo "B"

**Confirmação de recebimento e entendimento para
Representantes da Kinross JÁ CONTRATADOS**

Eu, _____, _____ (inserir nome) confirmo por meio desta que li o Código de ética e conduta de negócios da Kinross (o "Código") e entendi perfeitamente todas as suas disposições. Atesto que não infringi nenhuma disposição do *Código* e, tendo realizado todas as consultas relevantes, não estou ciente de nenhuma infração do *Código* por outras pessoas em minha área de responsabilidade. Eu me comprometo a cumprir o *Código* em todas as situações e na sua íntegra.

Assinatura

Data

ANEXO "A"**TERMOS DEFINIDOS**

"Conselho de Administração" é a Diretoria não executiva da Kinross Gold Corporation.

A **"Empresa"** (ou a **"Kinross"**) é, em seu conjunto, a Kinross Gold Corporation e todas as suas Subsidiárias.

"Prestadores de serviços terceirizados" são pessoas que, sem vínculo empregatício com a Empresa, são contratadas pela Empresa por prazo determinado ou temporariamente, para um projeto ou um serviço específico.

"Membros do Conselho de Administração" são os integrantes do Conselho de Administração ou do Conselho de Administração de qualquer subsidiária.

"Funcionários" são os funcionários efetivos que trabalham em regime de período integral, meio período, sob contrato temporário ou transferidos, alunos ou estagiários da Empresa ou qualquer joint venture que a Empresa administre.

"Representante da Kinross" é qualquer membro do Conselho de Administração, Executivo, Funcionário ou Prestador de serviços terceirizado, conforme definido neste Anexo "A", Agente ou outra pessoa que possa representar a Empresa.

"Executivo" é uma pessoa que ocupa cargo executivo na Empresa ou qualquer das suas respectivas divisões operacionais, incluindo, entre outros, o Presidente ou Vice-presidente de qualquer Conselho de Administração da Empresa, ou o Presidente, Presidente Executivo, Diretor de Operações, Diretor Financeiro, Diretor Jurídico, Vice-presidente Executivo ou Vice-presidente Sênior, Controller, Tesoureiro, Tesoureiro Assistente ou Gerente Geral da Empresa ou qualquer de suas divisões operacionais ou, ainda, qualquer outra pessoa que exerça na Empresa funções similares àquelas normalmente exercidas por uma pessoa que ocupe qualquer dos cargos mencionados.

"Subsidiária" é uma pessoa jurídica controlada pela (1) Kinross Gold Corporation; (2) Kinross Gold Corporation e uma ou mais outras pessoas jurídicas, cada uma delas controlada pela Kinross Gold Corporation; (3) duas ou mais pessoas jurídicas, cada uma delas controlada pela Kinross Gold Corporation; ou (4) é uma subsidiária de uma pessoa jurídica controlada pela Kinross Gold Corporation. Em geral, uma pessoa jurídica "controlará" outra pessoa jurídica quando a primeira possuir mais de 50% das ações com direito a voto em circulação da segunda.

"Fornecedor" é um fornecedor de materiais, equipamentos ou um prestador serviços para a Empresa e/ou joint ventures em que a Empresa administre, incluindo, entre outros, Prestadores de serviços terceirizados e agentes.